

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

informativo

Ano | n° | 24 a 30 de agosto
XXIV | 1064 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

MEIO AMBIENTE

O sinuoso caminho dos rios

Pág. 2

No Campo



Nas cidades



PRAGAS

As saúvas indestrutíveis

Pág. 4

BHC

Livre-se do perigo

Pág. 19

FIEP

A homenagem a Ágide

Pág. 7

MEIO AMBIENTE

Afinal, só o campo deve preservar?

Nos meses de março e abril passados a FAEP mobilizou 25 mil agricultores nos quatro cantos do Paraná para discutir o Código Florestal, que até dezembro terá artigos revisados pelo Congresso Nacional. Nesses encontros em oito cidades-polos (Maringá, Cascavel, Guarapuava, Irati, Cornélio Procopio, Umuarama, Pato Branco e Castro) muitos produtores manifestaram sua estranheza com as exigências cada vez mais rígidas à preservação ambiental no meio rural, enquanto nas grandes cidades há um panorama desolador de rios ou riachos.

Centenas de produtores rurais, verbalmente ou através de emails e cartas à FAEP, relataram episódios em suas propriedades ou em seus municípios. É o caso de Carlos Alberto Hubem, 46 anos, proprietário de 57 hectares na Colônia Terra Nova, em Castro, onde cultiva milho e se dedica à produção de leite. “Todo mundo exige proteção ambiental de nós, produtores, mas ninguém cobra preservação nas cidades, como exigir mata ciliar e não jogar esgoto nos rios”, diz ele.

O Mais poluído

De fato, vale a pena lembrar que há pouco mais de um ano, em junho de 2008, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que os Rios Tietê (SP) e Iguaçu (PR) eram os mais poluídos entre os que cortam grandes centros urbanos do país. O Iguaçu suporta a carga de esgotos de dez pequenos rios que cortam a capital, alguns deles, como os rios Ivo e Belém, com teores de matéria orgânica que “se aproximam de esgotos sanitários brutos”, conforme diz relatório da Sudhersa (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental”. De uma verdadeira cloaca nas suas nascentes, o Iguaçu percorre o Estado no sentido Leste-Oeste, num sinuoso trajeto de 1320km, desde as cercanias de Curitiba até as Cataratas. Ele vai se revitalizando lenta e gradualmente a partir de Porto Amazonas, a 70 quilômetros de suas nascentes, transformando pela oxigenação de corredeiras e saltos os esgotos de mais de 3 milhões de pessoas que vivem na Região Metropolitana de Curitiba.

Em 2007, segundo pesquisa do Instituto Trata Brasil em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, mais de 100 milhões de brasileiros não dispunham de rede de coleta de esgotos. Em Cascavel, num dos eventos promovidos pela FAEP, um irritado produtor rural disparou: “o povo da cidade suja os rios e querem a nossa garantia para a pesca de final de semana no mesmo rio”.

Além de 17 Leis Ambientais, há ainda o Código Florestal com 50 artigos acrescidos de Medidas Provisórias, decretos, portarias, há enfim um emaranhado legal que exigiria de cada produtor rural quase uma biblioteca para acomodar tanta legislação. Durante os encontros promovidos pela FAEP, o produtor Genival José Fabro, de Maringá, levantou uma boa questão.

Por que só o agricultor terá de pagar, perdendo parte da sua área e consequentemente sua renda? Em países desenvolvidos a sociedade indeniza esses casos. Porque aqui no Brasil não pode ocorrer o mesmo?

“o povo da cidade suja os rios e querem a nossa garantia para a pesca de final de semana no mesmo rio”



Foto: Cleverson Beje

RIOS

A opinião do produtor



O que pensam e dizem os produtores sobre as exigências ambientais no meio rural e nas cidades

Nós usamos terraços para conter a água das chuvas nas lavouras, adequamos nossas estradas, adotamos o plantio direto, recolhemos embalagens de agrotóxicos e estamos recompondo as matas ciliares. Enquanto isso, os rios, o solo e o ar recebem o esgoto doméstico, os dejetos das indústrias, os lixões e a poluição das cidades, mas poucos se levantam para combater esse problema.

Abílio Hermes – produtor Terra Roxa

Que temos que fazer todo o possível para preservar o meio ambiente em que vivemos com certeza todos os produtores concordam. Queria saber o que se está fazendo com relação as indústrias, pois é sabido que elas são as maiores poluidoras. Por que só o produtor?

Cássio Roberto Vinholi Sespede – Gerente da Cocari – Mandaguari

Estamos de acordo com o reflorestamento. Mas, todo cidadão brasileiro que ajuda a contaminar o ambiente precisa pagar royalties àqueles que plantam as reservas. Não podemos bancar sozinhos todos os encargos, é preciso lembrar que todos poluem.

Edgar Sehaber – Presidente do Sindicato Rural de Mamborê – PR

Que a mata ciliar seja colocada também nos centros urbanos. Por que isso não está sendo discutido?

Elias Partecka Kuczka – produtor Mamborê

Por que esse assunto de questão ambiental só recai nas costas do produtor rural e o restante da sociedade espera usufruir dos benefícios e resultados, sem se incomodar o mínimo?

Jorge Brandolin – produtor Astorga

Qual será a contribuição da sociedade na questão da recuperação do meio ambiente, quer financeiramente ou voluntariamente, já que todos precisamos dessa melhoria? O produtor foi induzido ao desmatamento pelo próprio governo.

José Getulio Assoni Rocco – Conselho Fiscal Sindicato de Colorado

No dia 8 de fevereiro o programa Globo Rural mostrou uma cidade de Minas gerais, onde o produtor rural recebe (pagamento mensal) por cada nascente preservada. Podemos ter algo semelhante no Paraná?

Neide Nardo Ramos, produtora Itambé

O Estado não deveria ser parceiro na recuperação ambiental no lugar de ser agente penalizador? Nery Simm – produtor Maringá

Quem vai ajudar o pequeno e o médio agricultor? Autoridades só cobram do proprietário da terra, mas toda a sociedade será favorecida. O agricultor entra com o serviço, o governo com o dinheiro e todos ganham.

Rosa Salete R. Picoreli produtora Paranavaí

Quem poluiu o planeta foram as multinacionais e não a agricultura. Aumentar de 30m para 100 m as matas ciliares favorecendo e protegendo mais os rios e também olhar o ribeirão Maringá que virou um esgoto a céu aberto.

Sidney Pinto de Mello, produtor

Por que as indústrias, as cidades, o transporte que poluem tanto deveriam pagar. Não só os produtores. Eles deveriam pagar aos produtores as terras que deverão ser arborizadas.

Walter Cardezzi – produtor Paraíso do Norte

Qual a responsabilidade do meio urbano nesse processo? Propriedades pequenas com vários córregos e nascentes, às vezes podem ter de deixar até 50% da área para a reserva, e dessa área depende a manutenção familiar, como será feito nesse caso? Pois poderá inviabilizar a manutenção da família no meio rural.

Antonio Alfredo Passarelo Jr. – presidente Sindicato Rural de Imbituva

Quero sugerir que nessa nova sistemática de legislação ambiental, que a área urbana também participe ajudando a pagar a conta que hoje está sendo emputada apenas aos agricultores. Como? Pagando e indenizando aos produtores.

Juliana P. M. Da Silva Pianowsski

Concordo com a normativa do IAP em relação a exigência da APP no meio rural. Mas, e no meio urbano? As prefeituras assumirão esta responsabilidade? As bacias hidrográficas serão implantadas?

Se o meio ambiente é um privilégio de todos, porque não repassar ao “vilão” (produtor rural), principalmente ao pequeno que tem a pequena propriedade como subsistência, uma remuneração pelo bem feito à natureza, ao meio ambiente e porque não a todos nós.

Jorge Luiz Nunes – produtor Umuarama

Gostaria de entender porque os municípios que estão no Lago de Itaipu recebem royalties. Por que não temos direito de receber royalties da nossa reserva legal?

Eugenio Catelan – Alto Piquiri

CCJ

Produtor não pagará água

Os pequenos produtores rurais proprietários de áreas com até seis módulos fiscais ficarão isentos da cobrança pelo direito de uso da água. O benefício é estendido aos demais produtores, desde que o consumo seja exclusivamente destinado à produção agropecuária e silvipastoril. Esse foi o entendimento dos deputados na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, no dia 18, que aprovaram a criação do Instituto das Águas do Paraná, extinguindo a antiga Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental).

O projeto de lei, apresentado pelo governador Roberto Requião, votado em plenário, retornou à CCJ em função das emendas. A proposta teve o apoio do deputado Alexandre Khoury (PMDB) e dos demais deputados da CCJ. Ela deverá ser votada na próxima semana com a nova redação.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, havia solicitado alterações no artigo 38 do projeto de lei 515/08, que cassava a isenção do pagamento da água ao setor rural. “Cobrar pelo uso da água significaria

um aumento desnecessário e injusto no custo de produção. Um retrocesso”, afirmou Ágide (Boletim Informativo 1063).

Inicialmente, a proposta atenderia apenas as propriedades com até quatro módulos fiscais, com tamanhos que variam de acordo com a região do Estado em função do zoneamento fundiário definido na colonização. O deputado Augustinho Zucchi (PDT) pediu a ampliação para seis módulos para que mais produtores fossem beneficiados, argumentando que em algumas regiões, como o Norte do Estado, áreas de até seis

módulos podem ser consideradas pequenas.

A solicitação foi aceita pelo relator na Comissão, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB). A piscicultura como atividade suplementar foi lembrada pelo deputado Francisco Buhner (PSDB), questão que atinge, segundo ele, principalmente a Região Metropolitana de Curitiba. Segundo Romanelli, eles terão direito ao benefício desde que emitam nota rural comprovando ser uma produção reduzida.

Na opinião do deputado Reni Pereira (PSB), a subemenda permitiu uma boa saída para a agricultura paranaense. “Não existirá risco para quem produz e nem esbanjamento. Todos terão que ter outorga d’água”.

No texto original, a isenção seria aplicada quando o consumo fosse dado como insignificante, devendo ser determinado por decreto do governo estadual. Para Reni, a medida dessa forma não especificava claramente o que seria “insignificante”, o que ficaria a cargo do Executivo. “A cobrança do uso da água inviabilizaria muitas propriedades rurais, mesmo que não seja cobrado hoje, da forma como o texto está redigido poderia ser cobrado lá na frente”, afirmou.

** Participam da Comissão: Durval Mattos do Amaral (Presidente), Caito Quintana, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Douglas Fabricio, Francisco Buhner, Ademar Luiz Traiano, Tadeu Veneri, Duílio Genari, Artagao Junior, Reni Pereira, Luiz Carlos Martins e Jocelito Canto.*



Foto: Cleverson Beje

Radiografia ambiental

Baseado nos resultados do Encontros que debateram o Código Florestal, na semana passada, a FAEP contratou a empresa A Muller Consultoria Ambiental para realizar uma verdadeira radiografia ambiental do Paraná, intitulada “Impactos provocados pelo meio Urbano e Rural na Proteção do Meio Ambiente”. O trabalho buscará os seguintes panoramas:

- ✓ Números do Paraná Urbano e Rural;
- ✓ Aplicação da Legislação Ambiental na cidade e no campo;
- ✓ Cobertura Florestal do Paraná, por região;
- ✓ Situação das Bacias Hidrográficas e Influência Urbana na qualidade e quantidade das águas;
- ✓ Técnicas de Conservação de Solos e Qualidade da Água urbana e rural;
- ✓ Técnicas de conservação de solos e qualidade da água urbana e rural
- ✓ Qualidade do Ar na Cidade e no Campo; Fontes de poluição;
- ✓ Programas e Atividades Ambientalmente corretas no e na cidade.

MERCADO

O Dilema do Trigo



O governo brasileiro elevou os preços mínimos do trigo buscando reduzir a dependência das importações e a iniciativa do governo repercutiu entre os produtores paranaenses, principalmente porque o valor da tonelada foi estipulado em R\$ 530, ou seja, US\$ 280. No entanto, o cenário do mercado externo mudou e os valores médios praticados estão US\$ 80,00 abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal. “Isso é resultado das otimismo expectativas da produção mundial, estimadas em 682 milhões de toneladas, o que representa em relação a 2002 (580 milhões de toneladas) um crescimento de 17,4%”, diz a economista Gilda Bozza Borges, da Faep. Aliado a esse panorama, as estatísticas dos últimos oito anos revelam que a esperança de maior consumo no eixo Índia-China não se concretizaram. O consumo, nesse período, cresceu apenas 10%. Resultado: maior produção, menor consumo igual a maior oferta e menores preços. Não bastasse esse cenário, os produtores nacionais devem acrescentar aos problemas o câmbio favorável às importações. Assim, dificilmente a comercialização ocorrerá pelo preço mínimo fixado, a não ser que o governo dê sustentação. É o que o mercado está avaliando. “A resposta do governo é que já estão sendo estudados os instrumentos que serão utilizados para essa sustentação de preços. Essa operação pode atingir R\$ 1 bilhão”, revelou o jornal “Folha de São Paulo”. No início deste mês (veja Boletim Informativo 1063), a FAEP, FETAEP, OCEPAR e SEAB já alertaram o go-

verno federal sobre a necessidade de intervenção do governo federal.

AGF

Ao contrário dos outros instrumentos, como lançamento de opções e PEP (um programa que auxilia no escoamento do produto), a AGF retira o trigo do mercado, dando sustentação aos preços. Além disso, o governo poderia voltar a colocar esse produto no mercado durante a entressafra conseguindo recuperar os recursos investidos. O problema, alertou Lawrence Pih, do Moinho Pacífico, à “Folha de São Paulo”, é que “o governo deveria retirar pelo menos 2 milhões de tonela-

das de trigo do mercado, com gastos que variam de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão”.

Silvio Farnese, coordenador-geral de cereais e culturas anuais do Ministério da Agricultura, diz que realmente grande parte da comercialização do trigo vai depender do governo. Os instrumentos a serem utilizados ainda não estão definidos, mas o governo pode iniciar com “um reforçado PEP”, permitindo a saída do trigo dos Estados produtores do Sul para os do Nordeste. As operações de AGF não estão descartadas, mas o governo, que já tem 700 mil toneladas de trigo em estoques, esbarra em onde colocar o produto por falta de armazéns, disse Farnese à FSP.

Oferta e Demanda de Trigo - Brasil (volume em milhões de toneladas toneladas)

Safra	2004/05	2005/06	2006/07	2007//08	2008/09
Estoque inicial	1,37	2,32	1,99	1,75	1,55
Produção	5,85	4,87	2,23	3,82	6,03
Importação	5,31	6,27	7,81	6,89	5,35
Consumo total	10,2	10,68	10,26	10,31	10,86
Exportação	0,01	0,79	0,02	0,75	0,45
Estoque final	2,32	1,99	1,75	1,41	1,61

- Fonte: USDA

Oferta e Demanda de Trigo - Mundial (volume em milhões de toneladas toneladas)

Safra	2004/05	2005/06	2006/07	2007//08	2008/09
Estoque inicial	131,9	151,0	147,6	127,0	119,4
Produção	625,7	620,0	596,1	610,2	682,9
Importação	110,6	111,1	113,1	112,5	121,6
Consumo para ração	105,6	111,2	106,2	94,5	123,1
Consumo total	606,6	623,4	616,7	617,8	653,9
Exportação	113,2	113,9	115,5	115,5	125,2
Estoque final	151,0	147,6	127,0	119,4	148,4

- Fonte: USDA

CAMPANHA

Não tenha medo de declarar o BHC

“Quero dizer aos produtores rurais que não tenham medo de auto-declarar a posse de agrotóxicos banidos. Temos esta anistia, aprovada por lei, que livra o produtor de qualquer penalidade. Eu mesmo descobri que tinha três toneladas de BHC estocadas numa propriedade que herdei da família e já relatei às autoridades ambientais”. A declaração é do presidente da FAEP, Ágide Mene-guette (foto), e foi feita durante reunião da Escola de Governo do Paraná (18/08) que tratou da estratégia para limpar o Paraná do hexaclorobenzeno (BHC).

Até 30 de novembro o produtor deve procurar o sindicato rural, o escritório da Emater ou as cooperativas e preencher a autodeclaração, onde informa quanto produto possui e onde está armazenado ou enterrado. Após o prazo, quem não declarou poderá responder por crime ambiental.

A arrancada inicial para dar destino correto ao BHC começou por Mandaguaçu, no Norte do estado (ver na próxima página). “Nossa grande dificuldade para a remoção desse passivo ambiental estava na logística. Com o apoio da Assembleia, sindicatos rurais, técnicos e dos produtores estamos promovendo uma verdadeira lim-



Foto: Cleverson Beje

peza ambiental no Estado. O recolhimento do BHC representa um marco das ações ambientais desenvolvidas pela atual gestão”, destacou o secretário do Meio Ambiente, Rasca Rodrigues. Ele lembrou que o Paraná lidera, desde 2003, o ranking nacional de recolhimento de embalagens de agrotóxicos vazias.

O caminho para resolver definitivamente o problema do BHC no Paraná foi aberto pelo Projeto de Lei 52/2008, de autoria dos deputados estaduais Rosane Ferreira e Luiz Eduardo Cheida. A lei criou a dinâmica da autodeclaração, com prazo para apresentação voluntária dos produtores rurais que ainda possuem BHC estocado. O deputado Luiz Eduardo Cheida

lembrou que foi “o próprio governo, no passado, que comprou e distribuiu o BHC para os agricultores”. “Eles ficaram com o mico, mas agora podem declarar a posse desses produtos sem perigo de ser penalizados”.

O BHC foi muito usado na agricultura paranaense, há mais de 30 anos, no combate à broca do café. Ao entrar em contato com a pele tem efeito cumulativo e causa danos irreversíveis ao sistema nervoso central. Enquanto não for destruído adequadamente seus efeitos nocivos permanecem, inclusive poluindo o lençol freático e envenenando a água. Em Arapongas, há um ano a Sanepar precisou interromper várias vezes o abastecimento de água à população por causa da contaminação por BHC e outros agroquímicos. Uma força-tarefa acabou recolhendo, durante sete meses de trabalho, 4.500 quilos de embalagens irregulares de agrotóxicos e 1.500 quilos de BHC, na região do Ribeirão dos Apertados.



BHC

Mandaguaçu se livrou do pepino



Francisco Nascimento: "É um alívio para todos nós"

Mandaguaçu é o primeiro município paranaense, entre os que ainda estocavam o produto, a se ver livre do hexaclorobenzeno (BHC). Na semana passada, 18/08, vinte e duas toneladas de BHC foram despachadas para Belford Roxo, no Rio de Janeiro, onde serão incineradas.

"É um alívio para todos nós. Depois de vários anos de esforços, e muitas promessas não cumpridas, finalmente conseguimos retirar o BHC das propriedades rurais", comemorou Francisco Nascimento, presidente do Sindicato Rural de Mandaguaçu.

Os produtores de Mandaguaçu estavam decididos a acabar com a ameaça do veneno à saúde e ao meio ambiente. Fizaram um cadastro e mapearam onde estava o BHC. Nas últimas eleições, o Sindicato Rural conseguiu que os candidatos a prefeito assumissem o compromisso de colaborar na destinação correta do produto. O prefeito Ismael Fouani cumpriu o acordo e mobilizou veículos e homens da prefeitura para levar com segurança o material até um antigo barracão do IBC, última parada antes da incineração no Rio de Janeiro.



Acompanharam o despacho do material todos os 47 produtores que fizeram a autodeclaração, além do prefeito, vereadores, a promotora Simone Tavarnaro Pereira, o chefe do Instituto Ambiental em Maringá, Paulino Mexia, o vice-presidente da Cocamar, José Fernandes Jardim Júnior, o chefe do Núcleo Regional da SEAB em Maringá, Renato Cardoso Machado, o representante do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), Antonio Carlos Campos do Amaral, entre outros.

O martelo foi batido para resolver o problema numa reunião do presidente do Sindicato Rural com o secretário do Meio Ambiente, Rasca Rodrigues, dia 30 de junho último no Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento do Paraná (Lactec), em Curitiba. "O secretário prometeu que ia retirar o BHC e que nós seríamos exemplo para outros municípios. Prometeu e cumpriu, é bom registrar", disse Francisco Nascimento.

A cobertura da Imprensa também foi decisiva para o sucesso da empreitada em Mandaguaçu. Poucos dias antes da retirada do BHC havia 28 produtores cadastrados. Após a divulgação em jornais, rádio, televisão e Internet, o número de

produtores saltou para 47. O sindicato vai continuar a campanha para autodeclaração, uma vez que o prazo é 30 de novembro e algum produtor pode ter ficado para trás.

Mandaguaçu é exemplo e alerta para outros municípios. Depois do dia 30 de novembro, o Ministério Público avisou que vai agir com força contra quem não declarou o BHC e manteve o veneno na propriedade. A contaminação da água, de pessoas ou animais poderá enquadrar o produtor em responsabilidade cível e criminal.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Tudo que o produtor de leite deve saber

Fazer do agricultor um especialista em todas as áreas da bovinocultura de leite. Para isso o SENAR-PR desenvolveu o programa Formação pro Competência na Bovinocultura de Leite

Com o objetivo de desenvolver e valorizar a atividade leiteira, o SENAR-PR oferece um curso que é uma espécie de “pós-graduação” para bovinocultores. Respondendo a três perguntas – o que o produtor precisa saber? como deve ser este produtor? e qual o cenário daqui a cinco anos? – que surgiram das reuniões com autoridades do setor, no Paraná e Minas Gerais, foi elaborado o conteúdo do curso Formação por Competência na Bovinocultura de Leite.

Os estados do Paraná e Minas Gerais mobilizaram turmas piloto do programa. O objetivo é a capacitação com base no mercado de trabalho e o desenvolvimento profissional e pessoal dos produtores de leite do Brasil, com foco no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes. O primeiro módulo é composto por 47 encontros, sempre às sextas-feiras, somando 376 horas de carga horária e vai do dia 14 de agosto de 2009 até 20 de agosto de 2010. Quatro instrutores do SENAR-PR irão trabalhar no programa.

Aliando teoria e prática, os conteúdos foram desenvolvidos de forma que o participante consiga visualizar na sua propriedade e no seu trabalho o que é passado nos encontros. “É importante dar significado ao conteúdo, é o porquê do conteúdo que o participante tem que aprender”, disse a técnica do SENAR-PR, Regiane Hornung. O técnico do SENAR-PR Alexandre Blanco cita que é fundamental aliar a teoria e prática “para que o produtor assimile o conhecimento dos encontros e isso se torne parte do cotidiano dele”.

A agricultora Raquel Santos Ca-



Turma piloto de Francisco Beltrão

margo aprovou a iniciativa. Para ela, é importante inovar. “Buscar alternativas melhores e mais rentáveis, mudar alguns hábitos que são passados de geração para geração”, disse.

Como o programa foi elaborado com base no mercado de trabalho, o participante que concluir todos os módulos terá formação para atuar em quatro profissões: tratador de bovinos, ordenhador, inseminador de bovinos e gerente da atividade leiteira. Cada uma destas profissões será trabalhada em toda a sua complexidade. O tratador de bovinos, por exemplo, terá noção de produção e manejo de pastagens, casqueamento, manejo de dejetos, instalações e outros. “O SENAR-PR imagina que todo produtor rural deveria buscar a formação para se tornar um gerente da atividade leiteira”, disse Alexandre Blanco.

Como pré-requisito, os partici-

pantes devem ter 4º série do ensino fundamental, ser maior de 18 anos e vontade de valorizar a atividade leiteira. Blanco disse que esta turma piloto terá todo o empreendedorismo reconhecido no futuro. É o pensamento do agricultor Claudir Felisberto, que assumiu recentemente o comando da propriedade da família. “É necessário o agricultor buscar conhecimento, porque com o conhecimento é mais seguro investir e alcançar resultados melhores”, disse.

“O SENAR-PR imagina que todo produtor rural deve buscar capacitação”

Alexandre Blanco, técnico do SENAR-PR

FORMIGAS CORTADEIRAS

Combate na época certa

**Bobeou, picou**

A época certa para o combate da praga das formigas cortadeiras – saúvas e quenquês – que todos os anos causam prejuízos milionários à agricultura, deve obedecer às condições atmosféricas.

Antes das chuvas mais intensas, os produtores devem estar atentos para identificar e atacar os formigueiros adultos de onde partem, em revoada, milhares de içás e bitus para formar novas colônias. Içá é a formiga-fêmea que vira rainha após fundar o formigueiro e bitu é a formiga-macho que irá fecundá-la em pleno voo.

“É uma sociedade muito organizada. Não adianta tentar enfrentá-las (as formigas) sem conhecer a biologia do inseto e os ciclos do formigueiro”, diz o Assessor Técnico da Superintendência do SENAR-PR e professor de Parasitologia Agrícola, José Carlos Gabardo.

E por que não tentar destruir os novos “ninhos” muitas vezes quase invisíveis, alguns dias após a revoada? “É um desperdício de esforços. A própria natureza se encarrega de impedir a maioria dos futuros formigueiros, pela ação dos pássaros e outros inimigos naturais, além do eventual revolvimento do solo e o encharcamento pelas chuvas ou, ainda, o ressecamento do mesmo pela estiagem”, acrescenta Gabardo.

É uma questão aritmética. Dois saúveiros adultos libertam em torno de seis mil içás e dez mil bitus. Com tamanha proporção de machos, dificilmente uma içá deixará de ser fecundada. No entanto, das seis mil fe-

cundadas, só três vão conseguir formar um saúveiro adulto. Uma probabilidade de 0,05%. “Então é melhor

deixar para combater o saúveiro adulto, lá na altura dos 30 meses”, recomenda Gabardo.

Elas são terríveis

Considerada uma das principais pragas da agricultura, a formiga cortadeira causa altos prejuízos aos produtores. Entre elas, as saúvas são consideradas como as que maiores danos causam à atividade agrossilvipastoril. Devido à diversidade de clima, solo e vegetação, no Brasil há a ocorrência de aproximadamente 50 espécies de cortadeiras. Elas atacam qualquer cultura (de pastagens a reflorestamentos) e têm característica de praga endêmica, não podendo ser exterminadas, apenas controladas.

Primitivamente, nas florestas do Paraná, não havia saúvas. Elas entraram no estado seguindo o

caminho da colonização. Estudos antropológicos parecem indicar que as migrações de tribos indígenas sul-americanas estão associadas à infestação de suas roças por saúvas.

O primeiro a escrever sobre as saúvas foi o Padre José de Anchieta, em 1560 com a seguinte frase: “Das formigas só parecem dignas de menção as que destroem as árvores, são chamadas de içás e trituradas cheiram a limão”. A enumeração dos pesquisadores que abordaram o assunto ou estudaram as formigas cortadeiras é enorme, destacando Saint' Hilaire, que percorreu o interior do Brasil de 1816 a 1822.

Dados extraídos de dissertação de mestrado no curso de Engenharia Florestal da UFPR, de Nilton José Sousa,

FORMIGAS CORTADEIRAS

Um formigueiro, um boi

E combater como? Aí, depende da espécie de formiga. No Norte e no Noroeste paranaense, predominam as formigas pardas, saúva limão e cabeça-de-vidro. “Para a parda, funciona bem a isca. É que ela faz a sede real no solo, longe da sede aparente, com terra fofa e visível. Fumigar ali é perder tempo”, diz Gabardo. A termonebulização – aplicação de formicida junto com que-rosene ou óleo diesel – funciona bem para a saúva limão e a cabeça-de-vidro e, ainda, para a saúva limão-sulina, mais adaptada ao frio.

O produtor Mário Aluizio Zafaneli, de Alto Paraíso, no Noroeste, fez o curso do SENAR-PR para controle de formigas cortadeiras e agora inscreveu também um funcionário. “De uns cinco anos para cá virou uma das pragas mais severas em nossa região. Até na cidade de Umuarama as cortadeiras estão criando problema”, diz.

A batalha contra as formigas é uma luta permanente em que nunca é possível acabar com o inimigo, apenas diminuir e controlar sua população. A famosa frase de Saint-Hilaire “ou o Brasil acaba com as saúvas ou as saúvas

acabam com o Brasil” teve o mérito de chamar atenção para a gravidade do problema, mas é uma impossibilidade real. “Nem o Brasil acaba com as formigas nem as formigas acabam com o Brasil. O que é preciso é combater a população de formigas cortadeiras para evitar prejuízos em todas as atividades agropecuárias”, alerta o agrônomo Johnny Fusinato Franzon, do SENAR-PR.

Reserva Legal

Combater a população de formigas não significa simplesmente exterminá-las, até por que elas fazem parte do equilíbrio ecológico. Mata nativa por perto ajuda a reduzir a instalação de novos formigueiros na área, por que serve de abrigo aos inimigos naturais das formigas, principalmente pássaros. Os tatus também escavam os formigueiros para se alimentarem das formigas e da massa de fungo.

Somente neste ano, o SENAR-PR já realizou 132 cursos para controle das formigas cortadeiras. Quase 40% dos cursos foram na região do Arenito Caiuá, que detém apenas 16% da área do estado. As formigas cortadeiras se adaptam bem a qualquer tipo de solo, mas preferem os arenosos.

Um formigueiro médio consome, em um dia, o equivalente ao que come um boi. Cerca de 100 kg de matéria verde. “Elas atacam qualquer plantação, não são seletivas na hora de comer”, observa Johnny Franzon. Ou seja, as formigas podem até preferir uma ou outra planta, mas na hora da fome, investem contra o que for, seja horta, pomar ou floresta, seja plantação de soja, milho ou cana.

Quem quiser saber mais sobre como enfrentar as formigas cortadeiras pode se inscrever no curso do SENAR-PR “Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Combate às Formigas Cortadeiras”. Procure se informar em um sindicato rural.

Nem o Brasil acaba com as formigas, nem elas acabam com o Brasil. Não é, nunca foi e nunca será uma convivência pacífica



SOJA E MILHO

Araruna promove curso de classificação de grãos



O Sindicato Rural de Araruna e o SENAR-PR, em parceria com a Prefeitura Municipal, realizaram nos dias 23 a 24 de julho o Curso de Classificação de Grãos Soja e Milho ministrado pela instrutora Maria de Fátima Cavalheiro Marcondes.

A classificação de grãos tem como objetivo obter um maior rendimento agrícola, identificando grupos, classes, determinação de unidade, impurezas e matérias estranhas, entre outros. Os cursos tiveram a duração de 8 horas cada

e contou com a participação de produtores e filhos de produtores rurais.

O produtor e participante Edivaldo Felisberto Furlanetto disse que o curso fez com que avaliasse melhor o que faz na propriedade no momento que escolhe a variedade e planta, “pois se não haver uma boa escolha na semente e nas épocas de plantio e colheita o meu produto é desvalorizado por não ter os padrões exigidos na venda, isso é avaliado na hora da classificação”.

AValiação de BOVINOS

Tibagi faz curso de Bovinocultura de Leite



O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com o Banco do Brasil, realizou o curso de Conformação e Avaliação de Bovinos de Leite, no dia 31 de julho. Onze pessoas participaram do evento, e entre os temas abordados estão: Classificação de rebanho, importância do tipo; - Características de conformação; - Planilha de classificação; - Estatura; - Garupa; - Pernas e pés; -

Sistema mamário; - Caracterização leiteira; - Resumo da planilha de classificação; - Pontuação final por categoria; - Relatório de classificação linear.

O participante Osmair Werneck comenta que o curso foi muito proveitoso, pois aprendeu como comprar um bovino de leite e avaliar o seu desempenho na propriedade, melhorando o plantel e aumentando a produção.

TREINAMENTOS

Sindicato de Japurá investe no profissional e no social



Curso de Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas

O Sindicato Rural de Japurá realizou em julho cinco treinamentos em convênio com o SENAR-PR: Administração de Empresas Agrossilvipastoris – gestão rural; Aplicação de Agrotóxicos Tratorizado – NR31; Cultivo de Olerícolas de Raízes, Bulbo e Tubérculos e Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas.

O curso contou com a participação de dez mulheres, e foi realizado na sede da Cocamar. No dia 23 foi o encerramento do curso Gestão de Pessoas – Mulher Atual, que teve início no mês de maio. O presidente do Sindicato Rural de Japurá, Luiz Carlos Frigo, diz estar satisfeito com a diversidade de cursos oferecidos pelo SENAR-PR. “Todos os segmentos da agropecuária do município estão sendo atendidos, criando novas oportunidades de renda e aperfeiçoamento das tecnologias empregadas na propriedade, pois já foram realizados 37 treinamentos no município”.

MULHER ATUAL EM GUARAPUAVA

Produtoras esbanjam charme na passarela

Com direito a maquiagem e penteado, tapete vermelho, comissão julgadora, faixas de rainha, 1ª e 2ª princesas e ao som de músicas, produtoras rurais de Guarapuava esbanjaram charme no desfile organizado pela equipe de colaboradoras do Sindicato Rural de Guarapuava.

O desfile aconteceu no dia 17, durante a 'tarde da beleza', um dos conteúdos do Programa Mulher Atual, curso do SENAR-PR, direcionado a mulheres do setor agropecuário, em andamento desde o dia 3 de agosto.

Segundo a mobilizadora do SENAR-PR, Jéssica Perucelli, a ideia foi incrementar a programação do curso, que tratava do assunto "autoestima". "Contratamos uma profissional de maquiagem para ministrar um curso durante a aula. As alunas foram maquiadas e também arrumaram os cabelos. Depois, aconteceu a produção para o desfile, que foi um momento lindo, de interação e descontração", conta.

Segundo a instrutora do SENAR-PR, Maria Edena Antoniet Doliveira, a participação do Sindicato Rural de Guarapuava no programa está sendo um diferencial no curso. "A iniciativa de trazer uma profissional da área de saúde e beleza, dando dicas às alunas, além do desfile com comissão julgadora e faixas foi excelente. Na 'tarde da beleza' nós trabalhamos a autoestima da mulher, fator importante para a saúde emocional e a ação do Sindicato neste conteúdo veio para somar de forma bastante positiva", avaliou.

O programa, uma criação do SENAR-PR, vem atraindo a atenção de mulheres do setor agropecuário de todo o Estado. Na região, o curso foi lançado no evento "Dia da Mulher Agropecuarista", realizado no dia 09



de março, para mulheres de Guarapuava, Cândói, Foz do Jordão e Cantagalo.

O programa está em andamento em Guarapuava e Cândói e já foi con-

cluído em Cantagalo, sendo que já estão abertas inscrições para novas turmas. Em Guarapuava, as aulas acontecem todas as segundas-feiras, e em Cândói às quartas-feiras.

AGRINHO 2009

Ainda dá tempo de participar

O Programa Agrinho teve suas inscrições prorrogadas até o dia 23 de setembro. A decisão do SENAR-PR foi tomada para que não houvesse prejuízos em função da alteração no calendário escolar ocorrida por causa da Gripe A (H1N1) e todos pudessem participar.

A cerimônia de encerramento do programa será na Expo Unimed, quando serão premiadas várias categorias. Os trabalhos selecionados pela banca formada por parceiros do programa e professores da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, receberão desde carro zero km, notebooks, televisores entre outros.

O Agrinho é um programa desenvolvido pelo Sistema FAEP com a função de colabo-

rar para uma educação cidadã de jovens e crianças do ensino fundamental, educação infantil e educação especial do nosso

estado. O Concurso é realizado anualmente como estímulo a professores e alunos. As categorias disputadas são Desenho, Redação, Experiência Pedagógica, Escola Agrinho e Município Agrinho.

Professores e estudantes interessados em saber mais sobre o Programa podem acessar: www.agrinho.com.br.



TURMAS JAA

Ubiratã inicia curso



O Sindicato Rural de Ubiratã abriu dia 11 de agosto o programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), que aconteceu com duas turmas, uma em Ubiratã e outra no distrito de Yolanda. No período da manhã foi feita abertura na sala de catequese da comunidade do Distrito Yolanda.

Em Ubiratã a abertura do curso

JAA, que transcorrerá até dezembro, aconteceu no Centro Cultural com a instrutora do SENAR-PR Greice Alves Macena Massignan, de Campo Mourão. Segundo a instrutora, essa é a terceira turma que está trabalhando em Ubiratã. Afirmar ainda que o objetivo do curso é “despertar nos jovens a capacidade de interagir na atual realidade forman-

do consciências de sua oportunidade no campo de trabalho, qualificando profissionalmente, despertando visão empresarial e capacidade empreendedora”.

O curso, que há tempo vem sendo ofertado pelo SENAR-PR, a cada ano vem dando resultados excelentes aos jovens, diz Massignan.

Segundo ela, durante os encontros, que acontecerão todas as terças e quarta-feira, serão tratados assuntos como gestão rural, comunicação, cidadania, competência interpessoal, gestão de pessoa e outros. “Vale lembrar que os jovens que estão participando, além de trabalhar com atividades em salas, também terão algumas atividades técnicas, como viagem de estudos, pesquisas e lazer”.

Agricultura orgânica em Tunas do Paraná

Acontece de 31 de agosto a 2 de setembro o Primeiro Curso de Agricultura Orgânica no Salão da Igreja Ouro Fino, das 8 às 17 horas. A realização é do SENAR-PR e Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, com apoio da Emater. Inscrições podem ser feitas na prefeitura. Informações: 41-3659-1113.

PROGRAMAÇÃO

São Jorge do Oeste promove feira de orgânicos

O município de São Jorge do Oeste realizou na semana de 6 a 9 de agosto a Feira de Produção Orgânica 2009, com o apoio do SENAR-PR, Sindicato Rural, Prefeitura Municipal, Emater, Cajor e Acesjo.

A programação contou com a realização da 5ª Conferência de agricultura orgânica, apresentação de painéis, reunião com prefeitos e vereadores da AMSOP e ACAMSOP 13, show com o grupo cultural Saci Arte, festival de bandas, gravação do pro-

grama da TV Taroba e baile da feira com escolha da garota da agroindústria.

A abertura teve a presença da prefeita de São Jorge D'Oeste, Leila Rocha, secretário nacional de Agricultura Familiar/MDA, Adoniram Sanches Peraci, secretário estadual da Agricultura, Valter Bianchini. Estiveram presentes técnicos, políticos, produtores e representantes de instituições ligadas ao setor agropecuário.



Conseleite Paraná divulga resolução nº 08/2009

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 18 de agosto de 2009 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Julho de 2009 e a projeção do preço de referên-

cia para o mês de Agosto de 2009.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Julho/2009 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de

acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento; e o preço de referência projetado para o mês de Julho (contido na Resolução 07/2009 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES FINAIS DE REFERÊNCIA¹ DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) – JULHO / 2009

Matéria-prima	Valores projetados em 14/julho/2009	Matéria-prima	Valores finais julho/2009
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)			
Posto Plataforma	0,8197	Posto Propriedade	0,8157
Posto Propriedade	0,7788		
Valores de Referência para leite padrão			
Posto Plataforma	0,7128	Posto Propriedade	0,7093
Posto Propriedade	0,6719		
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)			
Posto Plataforma	0,6480	Posto Propriedade	0,6448
Posto Propriedade	0,6071		

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está incluída a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Agosto de 2009, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos

preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Agosto, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo

com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento, são apresentados a seguir:

VALORES FINAIS DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) EM JULHO/2009 E VALORES PROJETADOS DE REFERÊNCIA PARA AGOSTO/2009

Matéria-prima	Valores finais julho/2009	Valores projetados Agosto/2009	Valores finais julho/2009
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)			
Posto Propriedade	0,8157	0,7475	-0,0682
Valores de Referência para leite padrão			
Posto Propriedade	0,7093	0,6500	-0,0593
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)			
Posto Propriedade	0,6448	0,5909	-0,0539

Observações:

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o valor do frete não deve ser descontado do produtor)

Nos preços está incluída a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Agosto de 2009 é de R\$ 1,3569/litro.

Curitiba, 18 de agosto de 2009.

RONEI VOLPI
Presidente

WILSON THIESEN
Vice-Presidente

CONSELEITE

Frete passa a ser custo da indústria

Decisão aprovada por unanimidade no Conseleite altera cálculo para pagamento ao produtor.

Os valores de referência divulgados pelo Conseleite a partir de agosto passam a considerar o frete como custo da indústria. Portanto, não cabe descontar o valor do frete na formação do preço ao produtor. Ao usar como referência o preço posto propriedade, faz-se apenas o desconto de 2,3% relativo à Contribuição Especial da Seguridade Social Rural (CESSR).

A decisão foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho realizada no último dia 18. Esses valores balizam as negociações entre 100 mil produtores de leite e mais de 300 indústrias no Paraná. De acordo com o presidente do Conseleite, Ronei Volpi, a alteração foi resultado de muita argumentação entre as duas partes que, por fim, chegaram a um consenso. “O preço do frete deslocou

do produtor para a indústria porque a prática do mercado hoje é esta”. Nos casos em que o produtor for responsável pelo pagamento do frete, o valor deste deve ser somado ao valor de referência.

O Conseleite reúne, em igual número, representantes de produtores de leite e de indústrias de laticínios com o objetivo de buscar soluções conjuntas para problemas comuns do setor lácteo paranaense. É exemplo para outros estados e tornou-se imprescindível para a continuidade do Programa Leite das Crianças, do governo estadual, em que o pagamento dos fornecedores é feito com base nos valores do leite pasteurizado divulgados mensalmente.

O que é?

Preço posto plataforma – quando o produtor paga o frete até a indústria.

Preço posto propriedade – quando a indústria assume o frete neste primeiro percurso.

Como calcular a diferença:

Em uma negociação em que produtor e indústria tomam como base o valor referência para o litro de leite padrão de R\$ 0,7093 em julho, **temos duas situações:**

1 Quando a indústria paga o frete
R\$ 0,7093
- 0,0163 (ref. à 2,3% da CESSR)
= R\$ 0,6930 pago ao produtor

2 Quando o produtor paga o frete
(ex: frete de R\$ 0,04/litro)
(R\$ 0,7093 + R\$0,04)
- 0,0172 (ref. à 2,3% da CESSR)
= R\$ 0,7321 pago ao produtor

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RECURSO ORDINÁRIO - TRT-PR-01209-2007-511-04-00-8 RO

RECORRENTE: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

RECORRIDA: N. C.

RELATORA: FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

RESUMO DO RECURSO ORDINÁRIO - 01209-2007-511-04-00-8 RO interposto de sentença proferida pelo **MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, Dr. Maurício M. Marca**, sendo recorrente **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA** e recorrido **N. C.**

1. Da competência para cobrança da contribuição sindical rural. Convenção nº 87 da OIT. Bitributação. Notificação Pessoal.

A autora requer a reforma da sentença de primeiro grau, Alegando que é parte legítima para promover a cobrança deste tributo, bem que não há qualquer lesão à liberdade sindical, pugnando ao fim pela inexistência de bitributação.

Afirma a legalidade e constitucionalidade da cobrança, prevista pelo art. 579 da CLT e art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166/71, bem como a ausência de bitributação, considerando que a base de

cálculo da contribuição sindical é diversa do ITR.

ACORDAM os Magistrados integrantes da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, dar provimento ao recurso da autora para declarar a legitimidade da CNA para a cobrança da contribuição sindical rural, bem como da sua constitucionalidade e, para determinar o retorno dos autos para o juízo de origem, para que determine a expedição do mandado monitorio e realize o regular processamento do feito. Intimem-se.

Porto Alegre, 29 de abril de 2009 (quarta-feira).

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Relator

Deu na imprensa



Ágil Ágide

O presidente do Sistema Faep, Ágide Meneguette, se posicionou contra o Projeto de Lei 515/08 do governo do estado, que cria o Instituto de Águas em substituição à Sudhersa e cassa a isenção do pagamento de água ao setor rural. Em nota oficial e carta aos deputados estaduais, Ágide lembrou que 91% das propriedades rurais paranaenses são pequenas, menos de 50 hectares, para as quais a água é vital. Cobrar pela água seria um retrocesso, disse ele. (Reinaldo Bessa-Gazeta do Povo)

Obs. A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia acatou as ponderações do presidente do Sistema FAEP (Veja pg. 4)

Envergonhado

"O PT jogou a ética no lixo, vai ter que achar outra bandeira. O partido deu as costas à sociedade, ao povo e às bandeiras tão caras para tantas pessoas. Posso dizer que tenho vergonha de estar no PT"

(Senador Flávio Arns/PT-PR).

Ilusão

Marina deixa PT e diz não ter mais ilusão Após 30 anos de militância petista, senadora deve se filiar em breve ao PV, mas resiste a já se declarar candidata à Presidência (Folha de São Paulo)

Cascavel e Toledo

A cidade de Toledo (PR) quer pagar recompensa de R\$ 400 para quem passar informações que levem a polícia a prender traficantes ou apreender drogas. Um projeto que institui a recompensa foi aprovado pela Câmara Municipal em primeiro turno. Toledo é a segunda cidade paranaense a adotar a medida. Desde março, Cascavel paga R\$ 200,00 por denúncia.

(UOL)

Tudo sobre Soja

O departamento de Produção Vegetal (LPV), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USPESALQ), realiza entre os dias 01 a 03 de setembro o "IV Simpósio da Cultura da Soja". O evento acontece no Anfiteatro do Pavilhão de Engenharia da Escola, e destina-se a produtores, técnicos e consultores, pesquisadores e estudantes da área. Organizado em quatro módulos analisará a situação atual da cultura da soja no Brasil e suas perspectivas para a safra 2009/10, com enfoque no mercado, custos de produção, logística, fitossanidade, ambientes de produção e adubação da cultura. Mais informações pelo telefone (19) 3417-6604 (falar com Maria Eugênia) ou pelo e-mail cdt@fealq.org.br

(Uspesalq)

Dólar viciado

Pesquisa divulgada nos EUA, revela que 90% das cédulas de dólar em circulação em várias cidades do país têm traços de cocaína. Na China, 12%. No Brasil, mais precisamente Brasília, 75% (CNN/BBC)

Carro baratinho

A General Motors estuda a fabricação de um carro de baixo custo, com olhos no mercado asiático. O automóvel teria preço ao consumidor em torno de US\$ 4 mil (aproximadamente R\$ 7.200,00). (Autonoticias)

Carro caríssimo



Em maio de 2008 durante um leilão chamado Ferrari Leggenda e Passione, promovido pela RM Auctions, via Sotheby's, uma Ferrari 250 California Spyder, ano 1961, estabeleceu o preço recorde de carro mais caro já vendido no mundo com absurdos US\$ 10.894.400,00. A Ferrari F430 Scuderia custa no Brasil cerca de R\$ 1,6 milhão. (Autozine)

Estômago fenomenal

Para diminuir suas medidas, Ronaldo cogitou ir além da lipoaspiração e provocou pânico na comissão técnica e departamento médico do Corinthians. O jogador queria fazer uma cirurgia para redução de estômago. Segundo pessoas ligadas à comissão técnica do clube alvinegro, Ronaldo alegou que isso poderia reduzir seu apetite. Quem acompanhou de perto as discussões sobre o assunto diz que o Fenômeno foi demovido da ideia pelo médico Joaquim Grava, alegando que isso poderia acarretar riscos à saúde do atleta.

(Painel FC- FSP)

Todo mundo ligado

O Brasil alcançou 161,9 milhões de aparelhos celulares, num crescimento anual de 19,65%. Do total de celulares no país, 81,91% possuem planos pré-pagos e 18,09%, pós-pagos. No Paraná, existem 8,99 milhões de celulares em operação. O índice paranaense de "teledensidade", que determina a quantidade de celulares para cada grupo de 100 habitantes, ficou em 84,21 – muito próximo da média nacional de 84,61 celulares para cada 100 habitantes.

(Gazeta do Povo)



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

1 - Estou interessado em fazer um AGF, mas tenho algumas dúvidas. Poderia dizer como fico sabendo quais as condições de apoio à comercialização do governo federal? (De vários produtores)

R. Quando o governo federal decide apoiar à comercialização pautado na Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), as condições da operação são divulgadas em edital específico da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e disponíveis no portal da Internet (www.conab.gov.br), lado direito da tela, no link “avisos de leilões”. Entre os instrumentos destacam-se:

a) AGF – AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

A finalidade é garantir, com base nos preços mínimos, a aquisição de produtos pelo Governo Federal que serão estocados em armazéns credenciados pela Conab. A operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo estabelecido para a safra vigente, condicionada ao repasse pelo Tesouro nacional dos recursos para a operacionalização da aquisição. Podem se beneficiar o produtor rural e sua cooperativa.

b) PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida àqueles que se dispõem a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural ou da sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (Preço Mínimo), promovendo o seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida. É lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo.

O interessado deverá dirigir-se a uma Bolsa de Cereais, de Mercadorias ou de Futuros e procurar um corretor, autorizando-o por escrito a fazer as negociações em seu nome. Somente os corretores credenciados pelas Bolsas poderão fazer lances para negociar os Prêmios oferecidos pelo Governo.

c) PROP – Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida em leilão público ao

segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de contrato privado de opção de venda. É lançado quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo e o Governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado e garantir renda ao produtor rural.

d) PEPRO – PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida à legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. É lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência. Podem se beneficiar o produtor rural ou sua cooperativa.

(Gilda M. Bozza é economista do DTE/FAEP - gilda.bozza@faep.com.br)

1- As condições do porto de Paranaguá e Antonia interferem no preço final dos produtos agropecuários exportados?

R. Sim, interferem e significativamente. As condições de espera dos navios para acessarem o porto, as profundidades do canal de navegação de entrada para o porto e dos berços de atracação, a infra estrutura terrestre e de mão de obra disponíveis tem uma influencia no preço dos produtos que podem reduzir a renda do produtor rural.

2) - Como se forma o Prêmio Portuário (positivo ou negativo) na exportação de mercadorias?

R. A formação do Prêmio esta diretamente vinculado às condições de infra estrutura portuária existentes no porto de embarque das mercadorias.

Quanto melhores essas condições, melhor é o prêmio para o produtor.

(Nilson H. Camargo é economista do DTE/FAEP - nilson.camargo@faep.com.br)



JURÍDICO

Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado - djalma.sigwalt@uol.com.br

O novo mandado de segurança

A recente Lei 12.016, de 07.08.09, revogou a antiga legislação que tratava da ação mandamental de mandado de segurança. Disciplina a norma o mandado de segurança individual e o coletivo, este último oriundo da Constituição de 1988, portanto posterior à Lei 1533 de 31 de dezembro de 1951. A medida judicial visa dar proteção ao direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, desde que tenha havido prática de ato ilegal ou fundado em abuso de poder. É cabível a interposição em momento anterior à prática do ato, bastando que ocorra o justo receio, isto é, iminência de ocorrer lesão. Trata-se do mandado de segurança com caráter preventivo. O mesmo acontece no habeas corpus preventivo. Basta a possibilidade da agressão ao direito líquido e certo ou direito de ir e vir, para que surja a possibilidade do uso do remédio processual. Também, a ação de interdito proibitório, substrato das possessórias, tem a mesma índole, ou seja, objetiva a proteção em momento anterior à agressão ao direito, portanto nítido alcance preventivo. Ainda, o conceito da autoridade impetrada ampliou-se. Além da autoridade pública também se submetem ao regime da nova lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas. Equiparam-se ainda, os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público. A exceção fica por conta de eventuais atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de

concessionárias de serviço público. Esses atos não se submetem à ação mandamental.

As restrições ao uso do mandado de segurança envolvem os atos contra os quais caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução. Nesse caso, a parte terá que esgotar a via administrativa, pois a norma criou um pressuposto de ordem processual, o qual não atendido gera a extinção do feito sem julgamento de mérito por descumprimento de uma das condições da ação. Note-se, que o recurso administrativo terá que ter efeito suspensivo. Somente esgotada a hipótese é que surgirá a possibilidade de acesso ao Judiciário. No pertinente à decisão judicial somente será cabível o mandado de segurança na eventualidade de não caber recurso com efeito suspensivo. Também, por óbvio, a coisa julgada não poderá ser atingida pela ação de segurança, pois que somente a via da ação rescisória possibilita a desconstituição eventual da decisão judicial.

Por seu turno, o mandado de segurança coletivo garantido na Constituição é acatado, acolhendo o direito de partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelos menos um ano. O objetivo, nos termos do artigo 21, é a representação "em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial".



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Luiz de Oliveira Netto

Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

Marcos Tosi (redator)

Cynthia Calderon (redatora)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O reconhecimento dos industriais ao presidente da FAEP



Presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette



Autoridades no evento

Na noite de segunda-feira, dia 17, boa parte do Produto Interno Paranaense e os principais líderes políticos do Estado estavam acomodados no grande auditório da sede da FIEP, em Curitiba.

Participaram das comemorações dos 65 anos de fundação da entidade dos industriais, numa solenidade em que foram homenageados os seus sindicatos fundadores e empresários que comprovadamente vem contribuindo ao desenvolvimento do Paraná.

A FIEP e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) escolheram o engenheiro, agropecuarista e presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, para receber a Medalha de Honra ao Mérito

pela FIEP. Com ele, foram também homenageados o presidente do Grupo Positivo, Oriovisto Guimarães, e Pedrinho Furlan, Procurador do Conselho de Administração da Sadia que receberam a medalha da Ordem do Mérito Industrial de 2008 e 2009 da "O exemplo de vocês é muito inspirador. São exemplos de ética, que merecem o reconhecimento público", disse o presidente da FIEP, Rodrigo da Rocha Loures, acrescentando, "o verdadeiro empreendedor é generoso. Ele se realiza através da sua contribuição e dedicação, proporcionando emprego e oportunidades para que pessoas se realizem através do seu trabalho", O vice-governador Orlando Pessuti complementou "Estas homenagens representam o compromisso destes empresários com o Paraná e com os paranaenses",



Rodrigo Rocha Loures, Ágide Meneguette e Orlando Pessuti

A homenagem compartilhada



Foto: Gilson Abreu

Presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette e sua esposa Rosângela

Ao agradecer a homenagem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, com humildade, estendeu o mérito recebido àqueles que lhe acompanham no cotidiano familiar e profissional.

E afirmou:

“Esta é uma homenagem aos funcionários do Sistema FAEP, aos Sindicatos Rurais e seus colaboradores, presidente, diretores e funcionários do Grupo Santa Terezinha, dona Rosângela, meus filhos e a toda família Meneguette.”

A crise se vence com trabalho.

Continuaremos trabalhando pelo desenvolvimento econômico e social para reduzir as disparidades do Paraná.



Foto: Cleverson Beje

Presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette



Foto: Ivo Lima

João Paulo Koslovski, Ricardo Barros, Ágide Meneguette, Darci Piana, Jorge Samek, Luciano Ducci e Gleisi Hoffmann



Foto: Gilson Abreu

Rodrigo Rocha Loures, Oriovisto Guimarães, Ágide Meneguette e Pedrinho Furlan

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável